

AC. EM CÂMARA

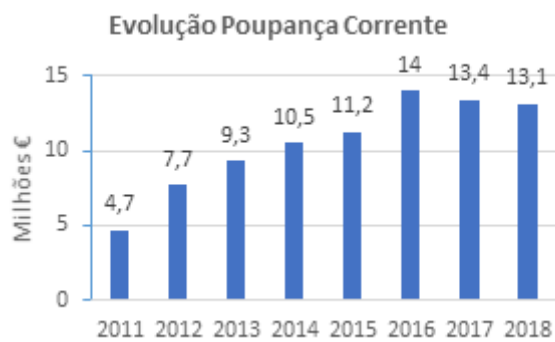
(02) RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018- CMVC E SMSBVC:-

Relativamente ao assunto indicado em título o Presidente da Câmara apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:-

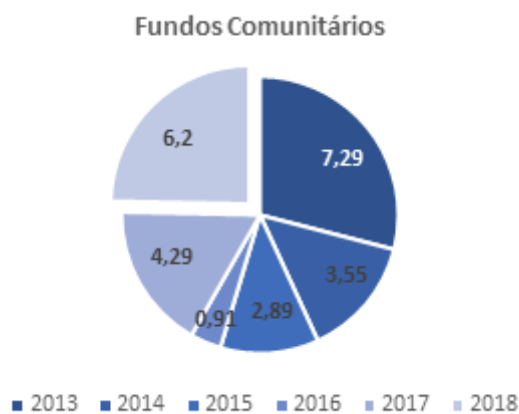
“Relatório de Atividades e Prestação de Contas 2018 – O presente relatório de 2018 apresenta os indicadores económico e financeiros do município de Viana do Castelo, em que **se sublinha o aumento da taxa de execução (82,3%),** face a 2017. No exercício de 2018 houve um ligeiro acréscimo do IMI e uma subida da Derrama e das taxas do IMT e do IUC. Registou-se também um ligeiro aumento da despesa de funcionamento e um bom resultado na poupança corrente, que atingiu o valor de 13,1 milhões de euros. Tal como nos anos anteriores a disponibilidade financeira e a poupança corrente durante o exercício de 2018 libertou recursos financeiros para o investimento público na construção de equipamentos e infra-estruturas mas também na prestação de serviços de qualidade aos nossos munícipes. As receitas provenientes de **Fundos Comunitários registaram o valor de 7,29 milhões de euros,** dando nota do grande investimento realizado na requalificação dos equipamentos escolares, eficiência energética, reabilitação urbana e programas ambientais e culturais. O concelho teve ainda **grandes investimentos nas áreas do Ambiente e Infraestruturas** através das ações concretizadas da **Polis Litoral Norte** (ciclovias litoral, proteção dunar, aprestos de pesca), das **Infraestruturas de Portugal** (acessos ao Parque Empresarial de Lanheses) e das **Águas do Norte** (sistemas de abastecimento de água em alta de adutoras e reservatórios de Nogueira, Vale do Neiva). **A coesão territorial das freguesias teve também no ano transato um grande incremento na preparação de projetos de alargamento de redes de água e saneamento, infraestruturas desportivas e culturais, na rede viária, e outros equipamentos.** A educação teve especial ação na **requalificação das Escolas EB2,3 da Frei Bartolomeu dos Mártires e da EB2,3 de Barroelas e construção do Pavilhão do Atlântico.** Foram também continuadas as componentes pedagógicas da música, das artes, da ciência, do atletismo, da natação e da náutica. O apoio às IPSS's foi também objeto de atenção do município no ano de 2018, garantindo a coesão social no território, apoiando também ações e projetos de desenvolvimento social. O município continuou o esforço anterior nos **investimentos de eficiência energética da iluminação pública,** que resultou em poupanças efetivas nas despesas corrente associadas á energia. **O PEDU de Viana do Castelo que se traduz num grande projeto de Reabilitação Urbana** tem vindo a ser implementado com a requalificação dos espaços públicos e edificados das periferias urbanas. **Concluíram-se vários projetos em Darque e na Freguesia da Cidade, ciclovias do Cabedelo, requalificação centro histórico de Darque, envolvente da Zaida Garcez, Rua Santiago e Jardim D. Fernando.** O dinamismo económico de Viana do Castelo identifica-se com renovados investimentos de empresas locais e a crescente atratividade para acolher empresas nacionais e

estrangeiras. Registamos um grande incremento nas operações de reabilitação urbana, nos setores do turismo, nos setores de serviços e logística, mas também na modernização de empresas tendo como objetivo o aumento da internacionalização. **O exercício de 2018 demonstra que foi dos melhores anos de sempre do Município de Viana do Castelo na captação de investimento empresarial, no investimento público e nas apostas na coesão territorial e social.** **ECONOMIA E FINANÇAS** - A gestão municipal, nos últimos anos, tem sido pressionada pelo corte nas transferências provenientes do Orçamento do Estado, tendo encetado em 2015 uma recuperação, sobretudo, pela via da componente do IRS que se encontra associada à criação de emprego pelas novas unidades industriais instaladas nos últimos anos no concelho. **Importa referir que, comparativamente ao ano de 2010 a receita arrecadada em 2018 ainda regista uma quebra de 0,8 milhões de euros.** O Município de Viana do Castelo tem conseguido superar os constrangimentos causados pela quebra das transferências provenientes do Orçamento do Estado, mantendo toda a atividade municipal, tendo conseguido atingir em 2018 o valor mais elevado da Receita e Despesa. **A Taxa de Execução Orçamental** em 2018, comparativamente ao ano anterior registou um aumento, fixando-se nos 82,3%. Importa referir que, a taxa de execução orçamental nos últimos cinco anos tem-se mantido acima dos 80%. **A Receita Própria do Município** registou uma diminuição 1,5 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, justificado, sobretudo, pela diminuição da receita proveniente da venda de terrenos nos parques empresariais. Relativamente ao Impostos Diretos Locais, como se pode verificar na apresentação gráfica seguinte, mantêm a tendência de subida, registando um aumento de 1,3 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, devido principalmente ao aumento do IMT e da DERRAMA, que comparativamente ao ano de 2013 registaram aumentos muito significativos. No ano de 2018, a receita referente ao **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** registou um ligeiro aumento, fixando-se nos 12,1 milhões de euros. **A receita da Derrama** registou um aumento de 1,5 milhões de euros, comparativamente ao ano anterior, representando em valores relativos um acréscimo de 46,5%. **Importa referir que o município tem mantido a isenção prevista na lei para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00 €.** Em 2018 a receita do IMT manteve a tendência de subida, atingindo o valor de 3,8 milhões de euros, que comparativamente ao valor de 2013 representa um aumento de 100%. **A receita do IUC** em 2018 registou um ligeiro aumento, fixando-se nos 2,19 milhões de euros. **A receita proveniente do licenciamento de obras e taxas** em 2018 registou uma ligeira descida, comparativamente ao ano anterior. **Importa referir que o Município mantém uma política ativa de incentivo à reabilitação urbana e atividade económica,** com resultados expressivos no número de prédios reabilitados na cidade e na atividade comercial e industrial no Concelho. **A Despesa de funcionamento** registou um aumento, justificado, sobretudo, pelo aumento da despesa com o pessoal devido ao descongelamento de carreiras, com efeitos nos anos de 2018 e 2019 e seguintes. **A Poupança Corrente teve uma pequena descida,** mas para se efetuar uma comparação

mais rigorosa deste importante indicador, justifica-se analisar o valor de 2015 e relembrar a razão de resultado tão robusto, ou seja, a influência da receita relativa à concessão das infraestruturas de água e águas residuais à empresa “Águas do Norte, SA” no montante de 8, 261 milhões de euros. De realçar



que, nos anos subsequentes este indicador continua a apresentar valores muito positivos, que conjuntamente com a receita proveniente dos Fundos Comunitários, muito tem contribuído para o financiamento do Investimento Global (Câmara, Freguesias e Instituições) realizado no Concelho.



A receita proveniente de fundos comunitários no ano de 2018 atingiu o valor de 6,2 milhões de euros, subindo quase 2 milhões face ao ano de 2017 e aproximando-se do valor mais elevado de sempre, registado em 2013 (7,29 milhões de euros). O Investimento Global em 2018 atingiu o montante de 21 milhões de euros, registando uma pequena descida inferior em 1 milhão de euros, face ao registado em 2017.

Em 2018 continuamos a valorizar a política de descentralização e coesão do território apostando na dinamização da atividade das nossas Juntas e Uniões de Freguesia, **transferindo um total de 4, 83 milhões de euros**, através da celebração de Protocolos e das respetivas transferências financeiras, para realização de investimento efetuado por estes importantes Orgãos do Poder Local.



Agradecimentos: - Aos Bombeiros do Município de Viana do Castelo, municipais e voluntários, aos cidadãos voluntários, à proteção civil municipal, aos Presidentes de Juntas de Freguesia pela dedicação e trabalho realizados no âmbito do combate aos incêndios florestais que fustigaram o nosso concelho. Aos dirigentes e funcionários da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados pelo elevado sentido de serviço público e profissionalismo demonstrados que permitiram a realização dos objetivos traçados pelo executivo municipal. (a) José Maria Costa.”. Seguidamente pelo Vereador Vítor

Lemos, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração dos SMSBVC foi apresentada a proposta que seguidamente também se transcreve:- “O Relatório que agora se apresenta pretende de forma reduzida representar as principais atividades que os Serviços Municipalizados levaram a cabo no decorrer do ano de 2018 em consonância com as políticas definidas pelo Executivo Municipal e implementadas pelo Conselho de Administração. Os SMSBVC têm como Visão ser um serviço público de referência em Portugal no setor das águas e resíduos, assentes em alguns Valores dos quais destacamos a dedicação no cumprimento da Missão de Serviço Público, procurar sistematicamente soluções de inovação e desenvolvimento tecnológico com vista à melhoria contínua do serviço. Por isso o Concelho de Administração assume o compromisso de adotar um modelo de gestão ética e socialmente responsável na defesa dos interesses dos nossos utilizadores, a sustentabilidade dos serviços e a sustentabilidade ambiental. Garantir a qualidade e segurança alimentar da água para consumo humano, apostar na redução e valorização dos resíduos, reduzir a ineficácia na utilização dos recursos hídricos, prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais de forma a segurar e manter elevados padrões de desempenho em matéria de segurança e saúde ocupacional são algumas das principais linhas orientadoras em que assenta a Estratégia implementada nos SMSBVC. Assim, no combate ao desperdício destacamos em 2018 um nível de água não faturada de 18,5%, que apesar de ligeiramente superior ao ano anterior, é considerado um valor bom pela ERSAR e está num valor muito abaixo da média nacional. Destacamos ainda o maior investimento feito pelos SMSBVC, mais de 5,1M€ em ampliações de redes de água e saneamento bem como na implementação da compostagem familiar onde no final de 2018 estavam distribuídos mais de 3.000 kits de compostagem, abrangendo perto de 2.700 habitações. A juntar a este investimento convém destacar o investimento que foi realizado em alta pela empresa Águas do Norte na adução a Nogueira, Milhões e Barroelas e o arranque das obras de adução a Deocriste e a Freixieiro de Soutelo. A renovação das certificações, com destaque o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde e Sistema de Gestão da Segurança Alimentar são também destaque do trabalho desenvolvido em 2018. O Concelho de Administração quer também deixar aqui expresso o seu público apreço a todos os seus colaboradores pelo seu empenho para que os SMSBVC em 2018 obtivessem um desempenho relevante em benefício de todos os Vianenses. (a) Vitor Lemos.”. Finda a apresentação dos documentos, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo sido aprovados por maioria com oito votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Maria José Guerreiro, Luís Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido, Hermenegildo Costa e Paula Veiga e uma Abstenção da Vereadora Cláudia Marinho. Mais foi deliberado submeter os referidos

documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 33º, número 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na ata, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efetividade de funções. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:-

“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD – Voto favorável, ressalvando que o exercício de 2018 foi positivo, verificando-se um esforço de investimento público nas áreas fundamentais, nomeadamente na Educação, na coesão territorial, na reabilitação urbana e nos programas culturais, sociais e ambientais. No entanto consideramos que é possível ir mais longe, sobretudo no que respeita ao investimento para as freguesias, que neste ano teve especial reflexo na expansão do sistema de Águas, faltando muito a concretizar ao nível do Saneamento Básico. O esforço no sector da Educação foi visível e deve prosseguir. Nas diversas áreas é possível a ação do Executivo ser mais alargada, nomeadamente na área do Turismo, através do reforço das estruturas de apoio a quem visita Viana, bem como no investimento em novos projetos de dinamização cultural que possam atrair população, endógena e exógena. Por outro lado, nos aspetos sociais, falta muito por concretizar relativamente aos aspetos demográficos, sendo importante criar atrativos de fixação de população mais jovem. (a) Paula Veiga; (a) Hermenegildo Costa.”.

“DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU – No relatório de contas referente ao ano de 2018 a CDU destaca algumas questões: 1-Apenas os Impostos Diretos dão confiança/sustentabilidade com subida significativa do, IMI estando nos 12,1 milhões de euros; Derrama com 4.7milhões; IMT com 3,8 (podendo ser superior existindo maior rigor nas isenções/exigências, neste imposto); receita do IUC de 2,19. Em contrapartida a receita referente ao licenciamento de obras e taxas regista uma descida, mesmo com o incentivo à reabilitação urbana e atividade económica, o que nos leva a questionar se o valor referente às taxas não estará alto ou talvez os incentivos não estejam a ser eficientes/suficientes. Ainda referente aos impostos diretos e a titulo sugestivo, porque não num futuro próximo, fixar o IMI nos 0,35 em vez dos 0,37 e optar por maior rigor na atribuição de isenções no IMT? Fica a sugestão. 2-Referente aos Fundos Comunitários é referido na nota introdutória que as receitas provenientes registaram um valor de 7,29 milhões de

euros, tal não está correto, pois na leitura da pagina 9 (quadro -fundos comunitários) o valor é de 6,2 milhões. No ano de 2013 é que a receita foi de 7,29 milhões de euros. Assim, o valor do investimento global é de aproximadamente 19,3 milhões e não 21 milhões de euros. 3-É referido neste relatório no que diz respeito ao ponto Economia e Finanças, que a gestão municipal “tem sido pressionada pelo corte nas transferências provenientes do Orçamento do Estado” mencionado também que em 2015 foi encetando uma recuperação. Esta recuperação não é efetivamente muito “gratificante” (dados evidenciados no gráfico da pagina 4), o que nos leva a questionar as novas responsabilidades assumidas por esta autarquia, com a aceitação de novas responsabilidades no programa da descentralização de competências e sendo mais questionável quando é desconhecido quais os custos que estas irão acarretar para o município. Fica a questão. Ainda referente a este ponto não podemos deixar de evidenciar que as receitas do município perante as despesas é praticamente igual, sendo que a receita é um pouco superior, não esquecer que se compararmos as despesas com anos anteriores esta tem vindo a aumentar. 4- Constatamos que existiu menos investimento nas GOP (Grandes Opções do Plano) do que no ano de 2018, (menos 1.861.673 euros) demonstrando: ⇨-Cultura, desporto E tempos livres, menos 296.013 euros; ⇨Habitação E urbanização, menos 1.857.484 euros; ⇨-Desenvolvimento económico, menos 1.074.90 euros; ⇨-Comunicação E transportes, menos 646.714 euros, ⇨-Coesão território e desenvolvimento das freguesias, menos 774.403 euros; -Ciência, conhecimento E inovação apenas se gastou 6.137 euros. Apenas houve mais investimento comparativamente ao ano de 2017 em Educação, sendo este aumento de mais 2.777.608 euros e no ambiente e qualidade de vida sendo o aumento de mais de 992.601 euros. Assim, concluímos que referente às GOP, o executado fica aquém do previsto e que a constante alterações orçamentais apresentadas em todas as reuniões do executivo mostram a falta de rigor no cumprimento do planeado. Pelo explanado a CDU vota pela abstenção no relatório atividades e prestação de contas da Câmara Municipal e visto o voto ser feito em conjunto, mantemos a intenção de abstenção referente ao relatório dos SMSBVC, com ressalva que pelo rigor e cuidado é com algum custo que o fazemos. (a) Cláudia Marinho.”.

11 de Abril de 2019